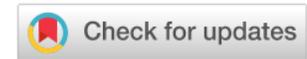

CATALOGAÇÃO NO DOMÍNIO DA MÚSICA: análise exploratória pela perspectiva da Organização da Informação

*CATALOGING IN THE MUSIC DOMAIN: exploratory analysis from the perspective of Information
Organization*

Raquel Juliana Prado Leite de Sousa (1), Tadeu Moraes Taffarello (2)

(1) Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Brasil, raqueljp@unicamp.br

(2) tadeumt@unicamp.br



Resumo

A catalogação é uma atividade usual na Musicologia, podendo ser considerada um indício da interdisciplinaridade com a Ciência da Informação. Dessa forma, este trabalho visa a explorar a catalogação na Musicologia e seus pontos de contato com a Organização da Informação. O *corpus* de análise é constituído por 38 dissertações e teses defendidas na Música e Artes, levantadas na BDTD e no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES. O mapeamento bibliométrico permitiu identificar que: a evolução temporal mostrou um pico de trabalhos defendidos em 2012; a maioria dos trabalhos é de mestrado e foi defendida na área de Música, sendo a UFMG a instituição de ensino com mais trabalhos realizados; a maior parte dos mesmos foi feita no Sudeste, tendo Carlos Alberto Figueiredo Pinto o orientador com o maior número de orientações; apenas dois membros de bancas de defesa possuem formação na área de CI; e os assuntos “catálogo” e “catalogação” ganham destaque dentre as palavras-chave. A Análise de Conteúdo revelou que os catálogos objetivam organizar para preservar a memória, reunir, disseminar, funcionar como ferramenta de pesquisa, além de fazer apreciação crítica e homenagear compositores. Percebe-se que esta pesquisa, por si só, não pode comprovar a interdisciplinaridade entre Ciência da Informação e Musicologia, pois se trata de um estudo exploratório. Mesmo assim, foi observada uma proximidade entre as áreas, pela apropriação da informação enquanto objeto de pesquisa.

Palavras-chave: Catalogação; Musicologia; Ciência da Informação; Informação como objeto de estudo

Abstract

Cataloging is a usual activity in Musicology, being an indication of interdisciplinarity with Information Science. Therefore, this work aims to explore cataloging in Musicology and its points of contact with the Organization of Information. The corpus of analysis consists of 38 dissertations and theses defended in Music and Arts, collected in BDTD and in the CAPES Catalog of Theses and Dissertations. Bibliometric mapping made it possible to identify that: temporal evolution showed a peak in works defended in 2012; the majority of the works are master's degrees and were defended in the Music area, with UFMG being the educational institution with the most work carried out; most of them were performed in the Southeast of Brazil, with Carlos Alberto Figueiredo Pinto being the advisor with the largest number of orientations; only two members of defense panels have training in the IC area; and the subjects “catalog” and “cataloging” stand out among the keywords. Content Analysis revealed that catalogues, in Musicology, aim to organize to preserve memory, gather, disseminate, function as a research tool, in addition to providing critical appreciation and honoring composers. It is clear that this research, in itself, cannot prove the interdisciplinarity between Information Science and Musicology, as it is an exploratory study. Even so, a proximity between the areas was observed, due to the appropriation of information as an object of research.

Keywords: Cataloging; Musicology; Information Science; Information as an object of study

1 Introdução

De acordo com Harden (2017), nas bibliotecas, durante séculos, não foi necessário ter um padrão para descrição bibliográfica, pois os catálogos eram elaborados por indivíduos que trabalhavam sozinhos, em unidades que funcionavam de forma isolada, sendo que apenas recentemente eles começaram a tomar a forma de um recurso de informação. Em acervos especializados em música, segundo Krummel, houve uma época em que se podia trabalhar ‘livremente’, com padrões próprios e definidos de acordo com a visão pessoal de cada ‘catalogador’. Entretanto:

Ambos, o mundo da música e o mundo das bibliotecas continuam crescendo fora de controle. (Então, o que há de novo?). Aquele viu uma proliferação de escritos, tipos de interesses e comunidades de leitores experientes. O outro tem visto uma proliferação de práticas para lidar com técnicas bibliotecárias. (A biblioteca de música era um lugar tão seguro e feliz na década de 1950: diga isso aos veteranos e veja-os rir!). (Krummel 2004 p. 12 tradução nossa)

Como a explosão informacional não afeta somente as áreas que lidam diretamente com a informação enquanto objeto de trabalho e pesquisa, pois a informação é um elemento transversal a todos os domínios (Pinheiro 2014). Assim, lidar com estoques cada vez maiores de registros do conhecimento é um desafio compartilhado que pode ser analisado de forma transversal entre as áreas.

No domínio da Música, ou então, mais especificamente, da Musicologia, a necessidade de organizar as obras para que pudessem ser executadas e estudadas sempre foi uma preocupação constante e que exigia certo nível de detalhamento. Se um quarteto de cordas quiser fazer a apresentação de uma fuga barroca, não lhe servirá uma partitura de uma obra para fagote e piano da era clássica. Se alguém está estudando violino, não lhe servirão exercícios para o contrabaixo. Quando um regente de orquestra precisa montar um espetáculo, necessita não somente das partes, que serão disponibilizadas aos músicos instrumentistas, mas também da partitura geral, contendo toda a música a ser tocada. Portanto, tal organização deve dar conta de estabelecer um mínimo de dados sobre autoria, períodos, performance etc., sempre a depender da função da unidade de informação.

Segundo Harden (2017 p. 6), os catálogos de biblioteca possuem três funções: 1) atuar como um inventário do que o acervo possui; 2) fornecer uma ‘chave’ para descoberta e acesso a um determinado recurso; e 3) estabelecer uma fonte que fornece informações diretamente.

Na rotina de trabalho em uma biblioteca de música erudita, é muito comum ver e ouvir os termos catálogo e catalogação, tanto em publicações científicas como na conversa corriqueira de alunos e pesquisadores, o que nos levou a pensar se tais expressões têm sido utilizadas de modo indiscriminado. Isso nos remeteu a algumas questões, que se transformaram em problemas de pesquisa: o que os profissionais da Música querem dizer com a palavra catalogação? Quais ferramentas, processos e produtos estão envolvidos na criação de catálogos musicais? Utiliza-se o conhecimento da área da Ciência da Informação? Em caso afirmativo, quais são esses conhecimentos e quais seus autores? Partindo dessa problemática, esta pesquisa tem como objetivo fazer uma exploração inicial para levantar pontos de contato já existentes e/ou potenciais da catalogação na Música e na Biblioteconomia, como forma de embasar hipóteses para futuras pesquisas. Assim, observar-se-á o processo de descrição de dados de recursos bibliográficos musicais, tendo como ponto de partida um termo comum entre Biblioteconomia e Música: catalogação.

Antes de prosseguir, é importante elucidar que esta pesquisa utiliza a palavra catalogação por ser a expressão mais conhecida fora do domínio da Ciência da Informação (CI) quando se trata de descrever registros do conhecimento e também segue a concepção de Ortega (2011, p. 45),

segundo a qual esse termo indica “[...] a área que se ocupa dos princípios e métodos de produção de bases de dados bibliográficas (termo mais amplo que catálogos de bibliotecas) [...]”. Dessa forma, não nos prendemos à representação descritiva unicamente, mas a todo o processo de Organização da Informação (OI), que também engloba a representação temática.

Como metodologia, empregamos a Bibliometria para a identificação do perfil das dissertações e teses publicadas no Brasil entre 2001 e 2022, a fim de realizar uma exploração inicial que dará suporte a futuras pesquisas para a identificação do quadro teórico dos trabalhos do domínio da Música no país que se debruçam sobre a catalogação e de suas frentes de pesquisa. Também utilizamos a Análise de Conteúdo para propor uma categorização inicial do *corpus*.

Quando se fala em interdisciplinaridade, preconiza-se, no mínimo, uma influência mútua. A CI foi buscar na Música referenciais teóricos e práticos para o tratamento de acervos musicais, mas uma real interdisciplinaridade exige, também, a via da contribuição:

Compreende-se que, decorrente de sua insuficiente maturidade disciplinar, a produção científica interdisciplinar na Ciência da Informação é, por vezes, construída de forma unidimensional, podendo ser realizada, muitas vezes, a partir de apropriações ou análises ligeiras, sem considerar a contribuição que esta tem dado às disciplinas com as quais pretensamente constrói relações interdisciplinares e, mais grave ainda, as efetivas contribuições destas no seu processo de consolidação epistemológica. (Souza 2011 p. 20)

São mais comuns pesquisas que observam como os diversos domínios se manifestam no campo da Ciência da Informação do que sua influência. Portanto, este trabalho se debruça a explorar, de forma inédita, como e se a CI tem se manifestado na Musicologia. Pretende-se, assim, lançar um novo olhar sobre a contribuição epistemológica da CI, tendo como ponto de convergência o núcleo duro da Biblioteconomia: a Organização da Informação.

Ressalta-se que os resultados obtidos nesta pesquisa, *per se*, não permitem mensurar ou caracterizar a interdisciplinaridade entre a Musicologia e a Ciência da Informação, mas servirão de guia para futuras investigações que se guiarão por esse objetivo.

2 Referencial teórico

Os catálogos de biblioteca, assim como a própria Biblioteconomia, foram construídos sob a égide da interdisciplinaridade. A representação descritiva, durante séculos de história, recebeu influências de livreiros, como Andrew Maunsell, advogados como Paul Otlet e Henry de La Fontaine, matemáticos como Shiyali Ramamrita Ranganathan, zoólogos como Conrad Gessner, sem mencionar os religiosos dos mosteiros que organizaram suas coleções seguindo princípios próprios (Ortega 2011; Harden 2017; Ferraz 1991). A representação temática também foi buscar teorias e métodos na Linguística, Terminologia, Lógica, entre outros, para embasar a elaboração de linguagens documentais, critérios de indexação e de recuperação da informação (Kobashi 2019).

Para se tornar tal como a conhecemos atualmente, a catalogação percorreu um caminho de muitas transformações práticas e teóricas, sempre influenciadas pelo contexto histórico, social e científico da história da humanidade.

Os primeiros catálogos surgiram com as primeiras bibliotecas, que acima de tudo funcionaram como museus de livros por cerca de 2000 anos. Seus catálogos eram, então, simples relações ou inventários das obras existentes em seus acervos. (Ferraz 1991 p. 92)

As fichas catalográficas foram criadas na França no século XVIII no contexto pós Revolução Francesa, já os catálogos em formato de livro impresso se popularizaram no século XIX, apesar da coexistência com fichas e catálogos de livros manuscritos ou de maços (Harden 2017). O final do século XX viu nascer o catálogo *on-line*, o qual, atualmente, “[...] está prestes a se transformar em uma entidade amigável à Web, com funções bastante diferentes de seus predecessores imediatos” (Harden 2017 p. 8, tradução nossa).

Foi a partir do século XVIII que a catalogação começou a se preocupar com a recuperação da informação, sob a influência do desenvolvimento da ciência na Europa à época (Ortega 2011), voltando suas atenções às necessidades de localizar não somente dados descritivos dos recursos, mas também às demandas dos usuários.

A partir da segunda metade do século XIX, diferenças de orientação pragmática e epistemológica fizeram surgir novas abordagens de pesquisa e prática voltadas à representação

temática, como a catalogação de assunto, de matriz norte-americana e embasada na ordenação alfabética, a indexação, de origem inglesa e focada no binômio documento-usuário e no apoio à pesquisa, e a análise documental, proveniente da França e voltada a questões procedimentais de identificação do conteúdo das obras (Guimarães 2009). Entretanto, apesar do recorte especializado no tratamento temático, tais abordagens ainda fazem parte de um processo maior conhecido como Organização da Informação (OI).

Foi a partir do século XIX que a catalogação compartilhada ganhou vez, com catalogadores trabalhando em um só lugar, o que exigia um conjunto de regras que garantissem o mínimo de uniformidade (Harden 2017), com destaque para as 91 regras de Antonio Panizzi, segundo o qual o catálogo deve ser visto como um todo e enfoque na obra e não no objeto livro em si, ressaltando a necessidade de revelar detalhes do que hoje concebemos como expressões, manifestações e itens, inclusive relacionando-os (Ferraz 1991).

Um pouco mais tarde, mais especificamente em 1961, foi estabelecida a Declaração de Princípios Internacionais de Catalogação, ou Princípios de Paris, o que trouxe medidas para a internacionalização dos fundamentos da catalogação, inclusive com diretrizes quanto a funções e a estrutura de códigos de catalogação (Machado e Zafalon 2019).

No mesmo período, o *Machine Readable Cataloging* (MARC), sob a liderança de Henriette Avram, foi criado para ser um formato de transmissão de dados entre bibliotecas, os quais podiam ser impressos como catálogos de livros, listas de referências ou fichas. Somente nos anos 1970 surgiu a noção de MARC como um formato de recuperação (Harden 2017).

Os anos 1960 e 1970 ainda viram o surgimento e o crescimento de instituições, comissões, conferências e ferramentas, como *International Federation of Library Associations and Institutions* (IFLA), *International Standard Bibliographic Description-Monographies - ISBD(M)*, o *Anglo American Cataloguing Rules* (AACR) etc., os quais abriram debates mais intensos sobre os princípios de catalogação a partir dos anos 1990, abrindo espaço para um modelo conceitual que define requisitos funcionais para registros bibliográficos, o *Functional Requirements for Bibliographic Records* (FRBR) (Ortega 2011), e posteriormente os *Functional Requirements for Authority Data* (FRAD) e os *Functional Requirements for Subject Authority Data* (FRSAD), bases para criação das novas diretivas de catalogação: o *Resource Description and Access* (RDA), o qual

pretende ser um padrão para descrição que abrange todas as mídias e a diversidade de comunidades de salvaguarda do patrimônio cultural (Machado e Zafalon 2019).

Hoje, muita catalogação vai para bancos de dados mantidos em comum por milhares de bibliotecas. Em teoria, a catalogação produzida em uma biblioteca pode ser utilizada em qualquer outra biblioteca da face do planeta. Para que esse cenário funcione, um núcleo comum de regras ou diretrizes deve estar em vigor. (Harden 2017 p. 6, tradução nossa)

Se, por um lado a formação de uma comunidade especializada em estudar e normalizar a descrição bibliográfica apresenta oportunidades de trazer soluções para a representação do universo bibliográfico, por outro lado, pode criar uma linguagem de especialidade tão idiossincrática que chega a ser incompreensível a outros domínios do conhecimento.

No início do século XXI constata-se que o conhecimento científico está, no seu processo de desenvolvimento, cada vez mais subdividido em setores numerosos e especializados. Evidencia-se que cada segmento da pesquisa científica perdeu a capacidade de se comunicar com o exterior e adotou uma linguagem que, muitas vezes e ainda, apenas é compreensível a seus colegas especialistas mais próximos. (Teixeira 2004)

Teixeira (2004) explica que a integração disciplinar é preocupação antiga do Ocidente desde os sofistas e que, na atualidade, por razões de ordem prática, epistemológicas, éticas, econômicas etc. têm levado os cientistas a extrapolar as fronteiras de sua especialidade rumo à interdisciplinaridade. Entretanto, em um campo científico como a Ciência da Informação, não houve a criação de um arcabouço teórico-metodológico preliminar para posterior busca fora de seu domínio, e sim uma gênese de integração entre áreas diversas, assumindo, segundo o autor, discursos teóricos que dificultam o delineamento de suas fronteiras, o que pode colocar em risco seu próprio *status* enquanto disciplina. “O discurso interdisciplinar, nesse sentido, cai no vazio teórico-metodológico” (Souza 2011 p 22).

Tomando a noção de campo científico de Bourdieu (1983 p. 7), ainda é possível pensar que a interdisciplinaridade é uma oportunidade de inovar e conquistar novos espaços em áreas canônicas que já possuem autoridades estabelecidas, uma vez que “existe assim, a cada momento, uma hierarquia social dos campos científicos – as disciplinas – que orienta fortemente as práticas e, particularmente, as ‘escolhas’ de ‘vocação’”.

Para esta pesquisa, partimos do conceito de interdisciplinaridade de Teixeira (2004), segundo o qual são necessárias ao menos duas disciplinas que compartilhem um discurso recíproco. Também incorporamos a concepção de Japiassu (1976 p. 32), o qual defende que a interdisciplinarização não é um simples intercâmbio de dados entre especialidades, de modo a constituir um “empirismo compósito”, e sim a incorporação de várias disciplinas, “[...] tomando-lhes de empréstimo esquemas conceituais de análise a fim de fazê-los integrar, depois de havê-los comparado e julgado”. Sendo assim, a interdisciplinaridade deve corresponder à própria constituição da ciência, frente à crescente fragmentação do saber, firmando-se como uma reflexão epistemológica (Japiassu 1976).

A epistemologia da CI se firma sobre o conceito de informação. Sem adentrar em detalhes sobre a subjetividade desse termo e as diferentes concepções de dados, informação e conhecimento, podemos afirmar que a informação é transversal, pois perpassa todos os campos do conhecimento (Pinheiro 2014). Portanto, em qualquer domínio científico, ela é um insumo essencial, mas é a Ciência da Informação que a toma enquanto objeto de estudo:

Assim, informação, por ser objeto de estudo da Ciência da Informação, permeia os conceitos e definições da área. E, embora informação não possa ser definida nem medida, o fenômeno mais amplo que este campo do conhecimento pode tratar é a geração, transferência ou comunicação e uso da informação, aspectos contidos na definição de Ciência da Informação. (Pinheiro 2006 p. 2)

Entretanto, quando outra disciplina tem a necessidade de tratar e organizar a informação, podemos afirmar que ela é – ou deveria ser – tomada como um objeto de estudo também naquele domínio. No caso da Musicologia, área abordada neste trabalho, quando se cria um catálogo de um compositor, por exemplo, o objetivo ao menos tangencia a geração, transferência, comunicação ou uso da informação musical. Ou seja, de alguma forma, é necessário que essa informação esteja organizada, de modo a facilitar o acesso, frente à determinada finalidade.

Um olhar mais atento sobre a constituição dos campos científicos da Musicologia e da Ciência da Informação revela que pode haver mais semelhanças entre eles do que se imaginaria à primeira vista.

Segundo Demore e Magalhães-Castro (2020 p. 46), “A Musicologia surgiu como ciência sem possuir um método próprio” – à semelhança da Ciência da Informação – em um contexto

Na figura, não é apresentada nenhuma relação da Música com a CI, o que nos leva a indagar se uma possível interdisciplinaridade entre os dois domínios seria de ordem metodológica, epistemológica ou ambos, ou se haveria apenas um contato de caráter prático para a resolução de questões pontuais.

Apesar de a informação ser transversal, poucas áreas, como a Ciência da Informação, a tomam enquanto objeto de estudo. No caso da Música, frente à necessidade de inventariar as coleções de compositores, intérpretes, formas musicais etc., a informação se torna um dos fenômenos de estudo, mas talvez não o objeto em si.

Na Musicologia, trabalhos iniciais voltados para a catalogação datam do século XVIII, mas os fundamentos que embasaram tais atividades advêm do *Chronologisch-thematisches Verzeichniss*, de Ludwig Richter von Köchel (1862) e da enciclopédia *Quellen-lexikon*, de Robert Eitner (1898-1904), conforme explica Cotta (2006 p.14).

Tais bases foram, é claro, profundamente transformadas no decorrer do século XX, culminando, depois de um longo processo histórico, em um projeto de proporção mundial como o *Répertoire Internationale de Sources Musicales – RISM*, o mais ambicioso projeto de catalogação de fontes musicais já implementado até o momento, iniciado em 1952.

Morin (2002 p. 140) defende a criação de um novo paradigma científico, que permitirá distinguir os domínios sem separá-los, ou seja, sem impedir que se comuniquem e se integrem e sem a criação de leis gerais, o que ele chamou de paradigma da complexidade. Para isso, seria necessário um método não unitário, capaz de incorporar diversidades, incerteza e vazios:

A missão desse método não é fornecer as fórmulas programáticas de um pensamento “são”. É convidar a pensar-se na complexidade. Não é dar a receita que fecharia o real numa caixa, é fortalecer-nos na luta contra a doença do intelecto — o idealismo —, que crê que o real se pode deixar fechar na idéia e que acaba por considerar o mapa como o território, e contra a doença degenerativa da racionalidade, que é a racionalização, a qual crê que o real se pode esgotar num sistema coerente de idéias.

Dessa forma, este trabalho pretende dar um passo rumo à observação das formas de comunicação entre música e informação, considerando a diversidade, a incerteza e o vazio.

3 Procedimentos metodológicos

Para esta pesquisa, de cunho exploratório e descritivo, foi empregada a análise bibliométrica para mapeamento quantitativo de dissertações e teses nas áreas da Música e das Artes para levantamento de indicadores de produção científica. Também foi utilizada a Análise de Conteúdo qualitativa, a fim de promover o enriquecimento da leitura, a partir de uma função heurística, ou seja, que favorece novas descobertas, e uma função de prova, que almeja a confirmação dos achados (Bardin 1977).

Como fonte de pesquisa, foram utilizadas a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) e o Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Em ambas, foi feito um recorte de trabalhos publicados no **Brasil**, escritos em **língua portuguesa** e defendidos nas **áreas de Música e Artes** entre **2001 e 2022**, a fim de identificar o que tem sido pesquisado sobre catalogação musical no século XXI no Brasil. As bases foram escolhidas por serem depositárias oficiais dos trabalhos de pesquisa *stricto sensu* brasileiros, o que permite uma amostragem nacional.

O levantamento de dissertações e teses na BDTD foi realizado no dia 14/06/2023, utilizando a expressão de busca no campo assunto: (Assunto:musica OU Assunto:musicologia) E (Assunto:catalogação OU Assunto:catalogo OU Assunto:inventário). Para a busca no Catálogo de Teses e Dissertações CAPES, que foi feita em 20/06/2023, usou-se a expressão: (musica OR musicologia) AND (catalogo OR catalogacao OR inventario).

As teses e dissertações foram listadas, a fim de evitar duplicidade de textos entre as duas bases. Após análise dos resumos, foi feita a exclusão de trabalhos que fugiam ao escopo desta pesquisa, bem como daqueles que, de alguma forma, não permitiam acesso ao texto completo em formato digital. Dessa forma, chegou-se a um *corpus* composto por 38 dissertações e teses defendidas em programas de pós-graduação brasileiros nas respectivas áreas.

Foi utilizada a Análise Documental como ferramenta metodológica, como descrito em Sousa (2020), a fim de tomar conhecimento quanto a objetos, objetivos, métodos e demais elementos inerentes à pesquisa científica.

Após a coleta de dados em planilha *Excel*[®], foi realizada a mensuração estatística quanto:

1. Evolução temporal.
2. Nível de ensino (mestrado e doutorado).
3. Áreas dos programas de pós-graduação.
4. Instituição de ensino de realização da pesquisa.
5. Distribuição geográfica.
6. Orientadores.
7. Banca de defesa.
8. Palavras-chave.

Em seguida, foi realizada a Análise de Conteúdo prévia, utilizando a categorização *a priori*, como descrita em Bardin (1977), cuja finalidade foi identificar o motivo que levou os pesquisadores a realizarem a catalogação, ou seja, se essa tarefa faz parte do escopo original das pesquisas ou se foi inserida de modo a dirimir algum impeditivo dos trabalhos. Foram utilizadas como categorias iniciais de análise:

1. Abrangência musical.
2. Objetivo geral da pesquisa.
3. Motivação da criação ou estudo do catálogo.

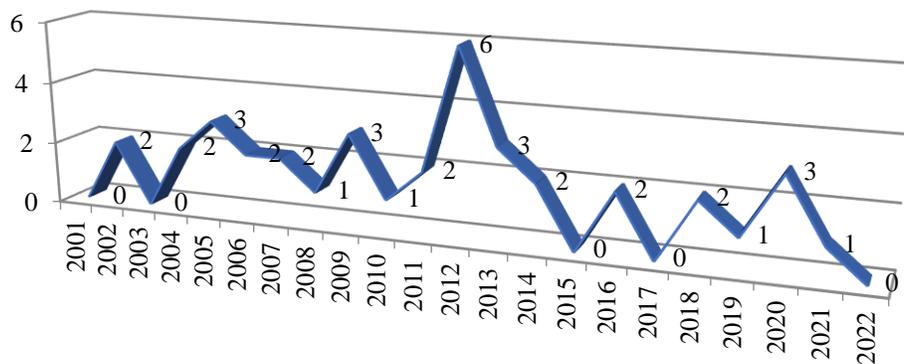
Esta pesquisa, de caráter inicial, apresentará o perfil das monografias de pós-graduação, como forma de explorar o *corpus* levantado e criar familiaridade com possíveis problemáticas, bem como identificar possíveis pontos de contato entre Musicologia e Ciência da Informação que poderão guiar as próximas investigações. Em trabalhos futuros, serão apresentados demais resultados quantitativos de análise de citação e qualitativos sobre o arcabouço teórico-metodológico empregado pelos autores do *corpus* estudado.

4 Resultados e discussão

Como não foram identificados trabalhos que se debruçam ao mesmo escopo desta pesquisa, não será possível dialogar de forma profunda com outros autores durante a discussão dos resultados.

Nos primeiros 22 anos do século XXI, foram encontradas 38 monografias de pós-graduação que abordavam a criação de catálogos musicais nas áreas de Música e Artes. Considerando esse intervalo temporal, pode-se afirmar que foi realizada 1,73 pesquisa por ano, em média. A maior parte dos trabalhos foi defendida em 2012, com um total de 6 dissertações (15,79%). A evolução temporal pode ser observada na Figura 2.

Figura 2 – evolução temporal das dissertações e teses que abordam a catalogação musical



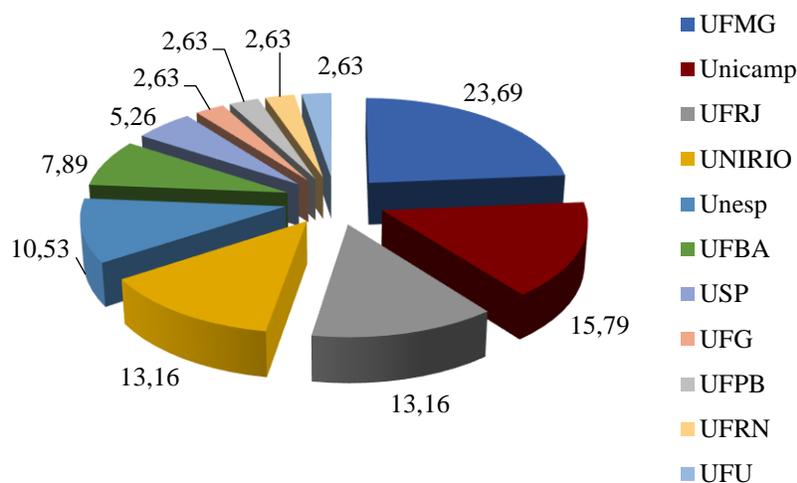
Fonte: dados da pesquisa

Quanto ao nível, observou-se que a maior parte dos trabalhos, ou 86,84% (total de 33) são do nível mestrado e apenas 13,16% (total de 5) são de doutorado. Comparando esse dado com a evolução temporal, que revela um pico de trabalhos em 2012, é possível inferir que os trabalhos de mestrado sobre catalogação não tiveram continuidade no doutorado. Duas explicações possíveis que podem ser comprovadas apenas em futuras pesquisas: ou os alunos de mestrado não continuaram seus estudos no doutorado ou alteraram os escopos das pesquisas de modo a não abranger a catalogação.

Observando os programas de pós-graduação (PPG), verificou-se que 89,47% (ou 34 trabalhos) foram feitos em programas de Música, contra apenas 10,53% (total de 4) em programas de Artes.

Quanto às instituições de defesa, os 38 trabalhos foram realizados em 11 Instituições de Ensino Superior (IES), em uma média de 3,46 trabalhos por universidade. A IES com maior número de monografias é a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), que produziu um total de 9 trabalhos (23,69%), seguida pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), com 5 (15,79%) e Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio), ambas com 5 (13,16% cada). A Figura 3 mostra a distribuição das investigações por IES.

Figura 3 – distribuição das dissertações e teses por Instituições de Ensino Superior



Fonte: dados da pesquisa

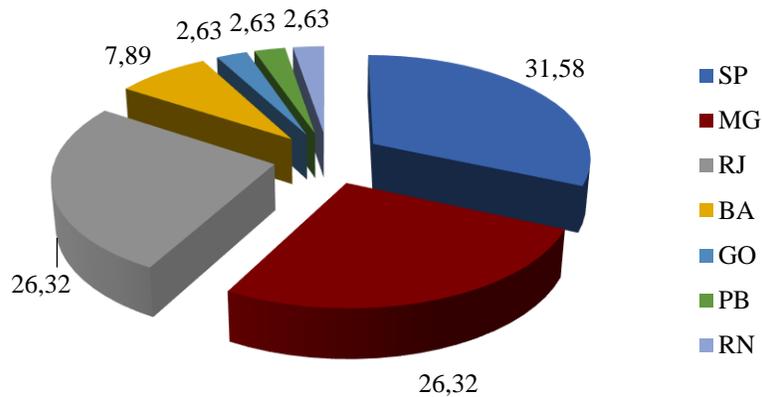
Chama a atenção o fato de que todas as pesquisas foram realizadas em IES públicas, o que ressalta a importância dessa esfera para a Musicologia.

Para indicadores de distribuição regional, foram contabilizadas as distribuições dos trabalhos por região e por estado. A maior parte das dissertações e teses, ou 84,21%, foi defendida

no Sudeste (total de 32), sendo que somente 13,16% foram feitas no Nordeste (5) e 2,63% no Centro-oeste (1).

Olhando por unidade da federação, nota-se que o estado de São Paulo é responsável por 31,58% (ou 12 trabalhos) das pesquisas que abrangem a catalogação na Música, seguida por Minas Gerais (10) e Rio de Janeiro, ambas com 26,32% cada (ou 9 trabalhos cada). A Figura 4 permite observar a distribuição das investigações por estado. Ressalta-se que apenas 7 estados apresentaram teses e dissertações com o tema abrangido por esta pesquisa, perfazendo uma média de 5,43 trabalhos por unidade da federação.

Figura 4 – distribuição das dissertações e teses por unidade da federação



Fonte: dados da pesquisa

Quanto às orientações, notou-se uma dispersão de nomes, com 81,58% (total de 31) de orientadores com apenas 1 trabalho. Os orientadores que se destacaram com mais de uma orientação foram Carlos Alberto Figueiredo Pinto, com 7,9% das orientações, ou 3 orientações, seguido por Lenita Waldige Mendes Nogueira e Mônica Pedrosa de Pádua com 5,26%, ou 2 orientações cada (Tabela 1).

Tabela 1 – distribuição das dissertações e teses por orientador

Orientador	Quantidade	%
Carlos Alberto Figueiredo Pinto	3	7,90
Lenita Waldige Mendes Nogueira	2	5,26
Mônica Pedrosa de Pádua	2	5,26
Orientadores com 1 trabalho	31	81,58
Total	38	100

Fonte: dados da pesquisa

Os dados permitem observar que, na Musicologia, as pesquisas em Organização da Informação estão dispersas, indicando a hipótese de que são fruto não da linha de investigação dos orientadores, e sim de iniciativas ou problemas pontuais. Por exemplo: um pesquisador pode ter de catalogar previamente seu *corpus* de pesquisa, a fim de poder dar continuidade ao seu trabalho. Essa dispersão dá indícios de uma fragilidade na Música, elemento que deve ser considerado na busca pela interdisciplinaridade com a CI nos futuros desdobramentos deste trabalho, tendo em vista a teoria da complexidade defendida por Morin (2002).

Informações sobre a formação e a área de pesquisa dos orientadores foram levantadas no Currículo Lattes do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), plataforma na qual também se verificou que todos possuem produção científica envolvendo a elaboração de catálogos musicais. Trabalhos com foco na produção desses orientadores e seus respectivos grupos de pesquisa podem ser feitos, a fim de levantar, de modo mais rigoroso, o perfil de seus estudos e sua interdisciplinaridade com a Ciência da Informação.

Ressalta-se que apenas Lenita Waldige Mendes Nogueira possui formação na área de Ciência da Informação, pois cursou Especialização em Organização de Arquivos pela Universidade de São Paulo (USP). Lenita Nogueira é professora na Universidade Estadual de Campinas, possui graduação em Educação Artística, mestrado em Artes e Doutorado em Ciências Sociais, tendo pesquisado Musicologia, música brasileira, história da música, ópera, fundamentos e crítica.

Carlos Alberto Figueiredo Pinto está afiliado à Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro e tem Bacharelado em Piano, com mestrado e doutorado em Música. Suas pesquisas enfocam a regência coral, a musicologia histórica e a análise musical.

Mônica Pedrosa de Pádua, docente da Universidade Federal de Minas Gerais, tem graduação em Canto, mestrado em Canto e doutorado em Letras. Pesquisa canto lírico, música de câmara, literatura comparada, música contemporânea, oratória e ópera.

Quanto aos demais 31 orientadores, nenhum possui qualquer formação na área de Ciência da Informação, seja em nível de graduação ou pós-graduação, conforme dados levantados a partir do currículo Lattes.

Também foi verificada a formação das bancas de defesa dos trabalhos, a fim de saber se houve uma formação interdisciplinar para a avaliação. Não foi possível identificar a composição da banca de 6 dissertações, pois não havia folha de aprovação ou quaisquer registros na BDTD ou no Catálogo CAPES. Dessa maneira, foram levantados os nomes de 76 membros de banca de defesa, cujas formações também foram procuradas no Currículo Lattes. Verificou-se que apenas dois possuem formação na área de CI: André Henrique Guerra Cotta, que obteve título de mestre em 2000 pela UFMG com a dissertação *O Tratamento da Informação em acervos de manuscritos musicais brasileiros*, e Rubens Ribeiro Gonçalves da Silva, doutor em Ciência da Informação pela UFRJ, cuja tese se intitula *Digitalização de acervos fotográficos públicos e seus reflexos institucionais e sociais: tecnologia e consciência no universo digital*.

Apenas 4 pessoas participaram de mais de uma banca de defesa, como mostra o Quadro 1, entre eles, André Cotta.

Quadro 1 – pesquisadores que mais participaram de bancas de defesa

Nome	Bancas
André Henrique Guerra Cotta	3
Giacomo Bartoloni	2
Marcelo Verzoni	2
Radegundis Feitosa Nunes	2

Fonte: dados da pesquisa

Reunindo as 142 palavras-chave das dissertações e teses, foi criada uma nuvem de *tags* a partir do *software Word Clouds*[®], a fim de destacar as expressões utilizadas pelos autores para identificar os temas de suas pesquisas, expressas na Figura 5. Ressalta-se que 11 trabalhos não apresentaram palavras-chave após o resumo.

Figura 5 – nuvem de palavras-chave



Fonte: dados da pesquisa

Pela análise das palavras-chave, para além dos assuntos catálogo e catalogação, que aparecem em destaque, já é possível identificar a inserção de alguns temas próprios da Ciência da Informação, como “sistema MARC” e “FRBR”. Também se observa o uso de RISM-Brasil, ‘braço’ brasileiro do *Répertoire International de Sources Musicales* (RISM), instituição fundada em Paris em 1952 e patrocinada pela *International Musicological Society* (IMS), *International Association of Music Libraries, Archives and Documentation Centres* (IAML), *Répertoire International de Littérature Musicale* (RILM), *Répertoire International d'Iconographie Musicale* (RIdIM) e *Répertoire International de la Presse Musicale* (RIPM).

O RISM tem publicado séries de indexação de dados musicais desde 1950 e traz mais de 1,4 milhão de registros de fontes musicais de todo o mundo, como manuscritos, partituras impressas e escritos teóricos localizados em acervos de bibliotecas, arquivos, igrejas, escolas e coleções particulares, sendo a única organização global que documenta fontes musicais escritas (RISM 2016), organizando-as em séries.

A série A/I indexa impressões individuais publicadas entre 1600 e 1800, e a série A/II indexa manuscritos musicais posteriores a 1600, com descrições extensas, incluindo suas localizações. Ambas as séries originalmente eram para ser

organizadas alfabeticamente pelo nome do compositor, como é o caso dos volumes de série A/I. Como ambas as séries agora são publicadas como bancos de dados, muito mais pontos de acesso podem ser oferecidos. A Série B é projetada para cobrir categorias específicas de repertório, como antologias dos séculos XVI a XVIII, hinos alemães, literatura de origem sobre teoria musical em latim, grego, árabe, hebraico e persa, etc. As séries A/I, A/II e B são complementadas pela série C, o Diretório de Pesquisa Musical de Bibliotecas. (RISM-Zentralredaktion Frankfurt 2016 p. 116 tradução nossa)

O catálogo público online (OPAC) RISM traz registros em MARCXML e RDF e é referência na pesquisa musical e na catalogação de música impressa (RISM 2023), permitindo, inclusive, a busca por notas musicais.

O RISM foi citado apenas uma vez, o que nos remete a certos questionamentos. Os pesquisadores brasileiros têm conhecimento desse recurso? Ou esse recurso não possui registros suficientemente completos da música brasileira erudita e popular para dar suporte às pesquisas? Isso também nos leva a refletir sobre o percurso investigativo que os pesquisadores seguem: a catalogação faz parte do escopo inicial da pesquisa ou é necessário inserir uma tarefa a mais de organização, a fim de dar suporte ao seu trabalho e de outros que possam futuramente se interessar pelo mesmo *corpus* musical?

Se não se encontra uma coleção minimamente organizada, a tarefa cabe ao próprio pesquisador. Teria gasto esse tempo ‘catalogando’ se houvesse uma organização prévia? E como essa tarefa interfere na pesquisa: é uma forma de auxiliar na exploração do *corpus* ou um empecilho que demanda um tempo que poderia ser utilizado em outras tarefas da pesquisa?

Nesse contexto, seria a catalogação um ‘mal necessário’? Assim, reforçamos a hipótese de que há um desvio procedimental, que obriga os pesquisadores no domínio da Musicologia a catalogarem as coleções de compositores ou acervos, a fim de dar suporte às pesquisas, convertendo essa catalogação também em procedimento metodológico.

É importante esclarecer que a interdisciplinaridade não deve ser observada como um compósito, ou seja, como a simples soma de partes, nem tampouco pode ser avaliada segundo princípios simples e gerais (Morin 2002), de modo que a mera identificação dos elementos aqui levantados não permite fazer afirmações taxativas sobre uma questão que é tão complexa. Tendo em vista o objetivo deste trabalho, que se debruça a explorar pontos de contato já existentes e/ou

potenciais da catalogação na Música e na Biblioteconomia, dados sobre ausências e fragilidades aqui observados permitirão agregar complexidade e adensar em questões mais profundas em futuras pesquisas.

4.1 Análise de Conteúdo

Para a Análise de Conteúdo, foi realizada uma categorização prévia, a fim de explorar os trabalhos e encontrar problemáticas, recortes ou elementos de análise que permitissem delinear de modo mais exato as futuras pesquisas que serão realizadas acerca do mesmo *corpus*. Por questões de limitações de extensão impostas pelo gênero artigo científico, apresentaremos aqui dados que permitam identificar a relação entre a catalogação e as dissertações e teses estudadas. Resultados mais detalhados serão publicados em outras ocasiões.

A Análise Documental permitiu identificar algumas problemáticas inerentes ao domínio da Música intimamente relacionadas ao universo da Organização da Informação, como, por exemplo, questões de recatologação e pré-catalogação. Campos (2006) utilizou um catálogo já publicado em um livro, a fim de propor uma nova ordenação cronológica mais exata que permitisse formar um percurso composicional do compositor estudado, Glauco Velásquez. Já Abrahim (2010 p. 5) cita, em sua dissertação, que: “Salomea Gandelman (1997) já deu um passo que foi de grande valia para nossa pesquisa, catalogando peças escritas para piano no período de 1950 a 1988, dentre as quais podemos encontrar em torno de vinte obras para piano expandido”.

A catalogação cooperativa foi notada no trabalho de Rosa (2005), que contou com a ajuda de bibliotecários da Universidade Estadual de Campinas, local onde foi desenvolvido o trabalho, tendo em vista que o objetivo da autora foi o de criar um catálogo *on-line* de coro infantil *a capella* utilizando o formato MARC.

Já Barbosa (2012) cita o uso de remissivas, uniformização de títulos, transcrição diplomática, descrição física, uso de espaçamento como indicador de posição de dados, uso de sinais gráficos para semântica, entre outros. O autor também explica as fontes utilizadas para prescrição dos dados, demonstrando rigor metodológico no tratamento do catálogo e também faz uma classificação alfanumérica para as peças estudadas, mas não consegue ultrapassar a ordenação sequencial, demonstrando carência na compreensão da teoria classificatória.

Porto (2020) elaborou um modelo de descrição de partituras com base nos elementos obra, expressão, manifestação e item do FRBR, reunindo todos em um mesmo registro, separando-os por cores.

Foram identificadas tipologias diferentes de catálogos elaborados ou estudados pelos autores, como o geral, o temático e o comentado. A definição e a diferenciação entre esses tipos serão analisadas futuramente, mas já é possível afirmar que 9 autores elaboraram catálogos temáticos, definidos como aqueles que devem apresentar os compassos iniciais de uma obra musical, conhecidos como *incipit* (Pinto 2013).

Pela exploração inicial do conteúdo das dissertações e teses, percebeu-se que os elementos inerentes aos princípios de Organização da Informação estão dispersos entre os trabalhos e que não há um padrão para tratamento dos acervos musicais. Sendo assim, é possível indagar se tal despadroneamento não poderá interferir no resultado de novas pesquisas, uma vez que a discrepância de apresentação dos dados pode dificultar a comparação entre os catálogos e impossibilitar a realização de pesquisas, em especial as que trabalham com coleções extensivas.

Ressalta-se que o domínio da Música possui uma grande complexidade, em razão da diversidade da própria natureza das obras musicais, como a multiplicidade documental, os aspectos técnicos da sua representação e suas formas de utilização (Castro 2013). De acordo com Assunção (2005), deve haver um equilíbrio entre regras de catalogação, que são generalistas, e as descrições usualmente feitas pelos musicólogos, que são muito específicas para um público não especializado. Portanto, também é possível indagar se uma possível contribuição da CI para a Musicologia não seria demasiado genérica, o que pode ser investigado futuramente.

É importante ressaltar que as 5 últimas pesquisas, publicadas entre 2019 e 2021, citaram ferramentas da Ciência da Informação, em especial AACR, ISBD e RDA, o que pode indicar um atual movimento de aproximação com a Ciência da Informação e o intuito de gerar maior rigor conceitual e metodológico na elaboração dos catálogos. Apenas um trabalho, defendido em 2006, havia citado o uso do formato MARC.

A partir do estudo da categoria abrangência musical, observou-se uma diversidade de escolhas, com enfoque em objetos de pesquisa como compositores, instrumentos, obras específicas

etc., como mostra a Tabela 2. Nem sempre o *corpus* musical estudado foi o mesmo a ser catalogado pelos autores, o que criou uma intrincada trama de objetos de pesquisa. Para facilitar a apresentação dos dados, categorizamos o *corpus* a partir da abrangência musical de cada trabalho. Verificou-se que 2 textos não especificaram a temática musical, pois abrangeram como objeto de estudo a organização de um acervo e conceitos de catalogação.

Tabela 2 – abrangência musical das dissertações e teses

Abrangência musical	Quantidade	%
Compositor	7	18,42
Compositor e instrumentação	7	18,42
Compositor e obra	6	15,79
Compositor e gênero musical	3	7,89
Compositor, obra e instrumentação	2	5,26
Instrumentação	2	5,26
Compositor, gênero musical e instrumentação	1	2,63
Compositor, gênero musical e obra	1	2,63
Compositor, suporte, localização geográfica e período histórico	1	2,63
Gênero musical e localização geográfica	1	2,63
Gênero musical	1	2,63
Instrumento (físico) e construtor	1	2,63
Instrumentação, período histórico e nível de dificuldade	1	2,63
Instrumentação, obra e período histórico	1	2,63
Obra, período histórico e localização geográfica	1	2,63
Documentação	1	2,63
Acervo musical	1	2,63
Total	38	100

Fonte: dados da pesquisa

Quanto aos objetivos gerais das pesquisas, identificamos que 7 (18,42%) trabalhos enfocaram a OI: 5 (13,16%) visaram a investigar questões referentes à catalogação e 2 (5,26%) a organização do acervo. Entre os demais, 22 (57,90%) se debruçaram a questões de resgate histórico de obras, compositores e períodos, 7 (18,42%) de performance e interpretação musical, 1 (2,63%) de estilo composicional e 1 (2,63%) de difusão de contato de compositores e sites de compras de partituras.

Também foram avaliados os objetivos que levaram os autores a construir ou analisar catálogos musicais, o que pode revelar a motivação do uso de catálogos na Musicologia. Cabe ressaltar que os objetivos das pesquisas não se confundem com os objetivos de catalogação. A Tabela 3 mostra as motivações explicitadas pelos autores em relação ao catálogo:

Tabela 3 – motivação da elaboração ou estudo de catálogos

Motivação	Quantidade	%
Preservar a memória	6	15,79
Disseminar	4	10,53
Organizar	4	10,53
Organizar e disponibilizar	4	10,53
Reunir	4	10,53
Fazer tratamento documental	4	10,53
Consolidar catálogos	2	5,26
Não explicitado	2	5,26
<i>Fornecer informações críticas</i>	2	5,26
Registrar	2	5,26
Atualizar catálogo	1	2,63
Classificar	1	2,63
<i>Dar destaque ao compositor</i>	1	2,63
Fornecer fonte de pesquisa	1	2,63
Total	38	100

Fonte: dados da pesquisa

Apesar de 2 autores não deixarem explícito o que os levou a inserir a catalogação nos seus estudos, o restante dos trabalhos permite observar a concepção de catálogo no domínio da Música. A maior parte das motivações se aproxima aos objetivos da Organização da Informação na CI, mas alguns os ultrapassam: 2 (5,26%) veem o catálogo como uma forma de inserção de apreciação crítica e 1 (2,63%), como um modo de dar destaque ao compositor, como uma espécie de homenagem. Também se notou que a catalogação possui relevância nos estudos da Musicologia, tendo em vista a necessidade de organizar para preservar, reunir, disseminar, funcionar como ferramenta de pesquisa, entre outros.

Os resultados aqui apresentados demonstram uma profícua possibilidade de aproximação interdisciplinar entre as áreas, a qual não deve ser relegada pela CI, uma vez que este domínio

possui muito a ensinar sobre a informação enquanto objeto de estudo e muito a aprender sobre a vastidão conceitual da Música.

Considerações finais

É necessário esclarecer que este trabalho, por si só, não pode comprovar a interdisciplinaridade entre Ciência da Informação e Musicologia, algo que nem está abrangido no objetivo de pesquisa. Como se trata de estudo exploratório, este será apenas o pilar inicial para futuras análises que se aprofundem na questão interdisciplinar, adentrando de forma mais densa no *corpus* de pesquisa, pelo levantamento de indicadores de citação, e também em outros *corpora* que podem vir a ser identificados.

A evolução temporal mostrou um pico de trabalhos (15,79%) defendidos em 2012, sendo a maioria desenvolvida em pesquisas de mestrado (86,84%) na área de Música (89,47%). A maior parte dos mesmos foi feita no Sudeste (84,21%) e a UFMG é a instituição de ensino com mais pesquisadas realizadas (23,69%). Há concentração de pesquisas na região Sudeste (84,21%), em especial São Paulo (31,58%), Minas Gerais (26,32%) e Rio de Janeiro (26,32%). Apesar de uma queda na última década em investigações dedicadas à catalogação na Música, notou-se uma tendência à inserção de uso de ferramentas da Ciência da Informação, como AACR, ISBD e RDA, que apareceram nas 5 últimas pesquisas defendidas entre 2019 e 2021. Futuros trabalhos poderão apreciar, de modo mais detalhado, quais ferramentas e técnicas da CI são utilizadas e de que forma foram incorporadas nos estudos.

Os assuntos “catálogo” e “catalogação” ganham destaque dentre as palavras-chave, mas apenas 18,42% dos *corpora* enfocaram a organização da informação enquanto objetivo geral de estudo.

Carlos Alberto Figueiredo Pinto apareceu como o orientador com o maior número de orientações (7,90%) e apenas dois membros de bancas de defesa possuem formação na área de CI, o que aponta para uma necessidade de um trabalho mais próximo com a Ciência da Informação, o qual não pode ficar apenas a cargo dos pesquisadores da Musicologia, em especial se pretendemos construir uma mútua influência entre domínios que permita criar uma real interdisciplinaridade.

Pela exploração inicial das 38 dissertações e teses nas áreas de concentração da Música e Artes, observou-se que os catálogos musicais também possuem as três funções descritas por Harden (2017), ou seja, atuam como um inventário, provêm chaves para descoberta dos recursos e fornecem informações diretamente. Mas também se notou seu potencial enquanto ferramenta de apreciação crítica e homenagem aos compositores.

Em relação ao caráter de homenagem, embora tenha sido explicitado por apenas um autor, fica claro nos demais trabalhos que a catalogação é uma forma de tornar público não apenas o registro de dados, mas também a expressão de admiração e respeito aos compositores. Preservar em um catálogo é preservar para a posteridade uma parte do legado musical.

A ligação entre catalogação e preservação da memória se mostrou clara nos objetivos de pesquisa, uma vez que mais da metade do *corpus* (57,90%) se debruçaram a questões de resgate histórico de obras, algumas vezes ligando o estudo da vida e da obra do compositor à observação do desenvolvimento de seu estilo. Isso reforça a complexidade do delineamento da interdisciplinaridade, tal como apregoado por Morin (2002) e indica que pode ser seguido o caminho que abranja o referencial de estudos sobre preservação e memória, que também são caros à Ciência da Informação. Isso indica que nossos olhares, quando voltados para a catalogação no domínio da Música, não pode se ater a questões técnicas de descrição, mas também abranger questões sócio-históricas.

Quanto à abrangência, a maioria dos trabalhos abrangeu compositores (18,42%), compositores e instrumentação (18,42%) e compositores e suas obras (15,79%), sendo que poucas pesquisas enfocaram questões do acervo *per se* (5,26%).

Observou-se uma preocupação com a descrição de dados descritivos e poucas medidas de representação temática, a qual, em sua maioria, abarca apenas a classificação do acervo. O uso do *incipt* nos catálogos temáticos revela que pode haver uma concepção de tematicidade na Música diferente da CI, a qual pode ser explorada em futuras pesquisas.

Para dar continuidade a este trabalho, serão investigadas as citações presentes no *corpus*, a fim de observar o perfil de referências, a produtividade e as frentes de pesquisa presentes nas dissertações e teses sobre catalogação musical. Também poderá ser explorada a conceituação do

termo catalogação, tendo em vista as críticas à Ciência da Informação em relação à falta de uma terminologia própria. Além disso, na esfera da interdisciplinaridade, segundo Japiassu (1976), deve haver um acordo entre os termos utilizados a fim de evitar pré-conceitos e equívocos.

Compreender uma ‘linguagem cifrada’ parece não ser o único componente em comum entre bibliotecários e músicos, pois foi observada uma proximidade entre Musicologia e Ciência da Informação, pela apropriação da informação enquanto objeto de pesquisa. Dessa forma, justificam-se futuras pesquisas que averiguem a interdisciplinaridade pela via da contribuição mútua, no sentido de incorporar a complexidade presente na diversidade, incerteza e vazio compartilhados entre os domínios.

Por fim, é importante salientar que, para além de supostas certezas aqui encontradas, há também que se valorizar o desconhecimento e as incertezas. Morin (2002) explica que conhecimento não é sinônimo de eliminação da ignorância e que o desconhecimento pode ser gerado pelo próprio conhecimento, pois “Em outras palavras, conhecer é negociar, trabalhar, discutir, debater-se com o desconhecido que se reconstitui incessantemente, porque toda solução produz nova questão” (Morin 2002, p. 104).

Dessa forma, esperamos que o conhecido e o desconhecido revelado por esta pesquisa possam servir de base para a busca de novas certezas e incertezas.

Referências

- Abraham, Judie Kristie Pimenta. *Obra de difusão interdita de Camargo Guarnieri: catálogo comentado dos manuscritos*, 2010, <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27157/tde-10112010-160850/pt-br.php>. Dissertação de Mestrado. Universidade de São Paulo. Acessado 27 jul. 2023.
- Assunção, Maria Clara Rabanal da Silva. *Catálogo de documentos musicais escritos: uma abordagem à luz da evolução normativa*, 2005, <https://rdpc.uevora.pt/handle/10174/15730>. Dissertação de Mestrado. Universidade de Évora, Évora, 2005. 2 v. Acessado 27 out. 2023.
- Barbosa, Mario Alexandre Dantas. *Catálogo geral e revisão crítica da obra para violão solo de Fred Schneider*, 2012, <https://www.violaobrasileiro.com.br/dados/catalogo-geral-e-revisao-critica-da-obra-para-violao-solo-de-fred-schneider.pdf>. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Acessado 27 jul. 2023.
- Bardin, Laurence. *Análise de conteúdo*. Edições 70, 1977.
- Bourdieu, Pierre. “O campo científico”. *Pierre Bourdieu: sociologia*. Organizado por Ortiz, Renato. Ática, 1983. p. 122-155. (Grandes Cientistas Sociais, n.39).
- Campos, José Eduardo Oliva Silveira. *A poesia, a música e a performance da canção: Alma Minha Gentil, um estudo de caso na obra de Glauco Velásquez*, 2006, <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/91405>. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. Acessado 27 jul. 2023.
- Castro, Jonas Borges de. *Catálogo de documentos musicais : uma releitura das regras de catalogação*, 2013, <https://bdm.unb.br/handle/10483/4886>. Monografia de graduação, Universidade de Brasília, Brasília, 2013.
- Demore, Givas e Magalhães-Castro, Beatriz. “Musicologia e pós-disciplinaridade: da musicologia comparada à etnomusicologia”. *ICTUS Music Journal*, vol. 14, n. 2, 2020, p. 43-64, <https://periodicos.ufba.br/index.php/ictus/article/view/41974/23750>. Acessado 20 ago. 2023.
- Cotta, André Guerra. “Fundamentos para uma arquivologia musical”. *Arquivologia e patrimônio musical*. Organizado por Cotta, André Guerra e Blanco, Pablo Sotuyo: Edufba, 2006. pp. 15-37.
- Ferraz, Iraneuda Maria Cardinalli. “Uso do catálogo de biblioteca: uma abordagem histórica”. *TransInformação*, vol. 3, no. 1/2/3, 1991, <https://periodicos.puc-campinas.edu.br/transinfo/article/view/1662/1633>. Acessado 16 jun. 2023.
- Guimarães, José Augusto Chaves. “Abordagens teóricas de tratamento temático da informação (TTI): catalogação de assunto, indexação e análise documental”. *Ibersid*, p. 105-117, 2009, <https://brapci.inf.br/index.php/res/download/196885>. Acessado 16 jun. 2023.
-
- SOUSA, Raquel Juliana Prado Leite de; TAFFARELLO, Tadeu Moraes. Catalogação no Domínio da Música: análise exploratória pela perspectiva da Organização da Informação. *Brazilian Journal of Information Science: research trends*, vol. 17, publicação contínua, 2023, e023051. DOI: 10.36311/1981-1640.2023.v17.e023051.

- Harden, Jean. Music description and access: solving the puzzle of cataloging. A-R, 2017.
- Japiassu, Hilton. Interdisciplinaridade e patologia do saber. Imago, 1976.
- Kobashi, Nair Yumiko. Elementos lógicos e linguísticos na organização e representação da informação. UAB; Departamento de Biblioteconomia, 2019.
- Krummel, D. W. A sixtieth birthday retrospective. *Notes, Second Series*, vol. 61, no. 1, p. 9-23, Sep./2004, <https://www.jstor.org/stable/4487300>. Acesso em: 28 abr. 2023.
- Machado, Raildo e Zafalon, Zaira Regina. “Os cânones e os princípios da catalogação, e os princípios do RDA: aproximações e rupturas”. Organizado por Barros, Thiago Henrique Bragato e Tognoli, Natália Bolfarini. *Organização do conhecimento responsável: promovendo sociedades democráticas e inclusivas*. Editora UFPA, 2019, v. 1, p. 412-418.
- Morin, Edgar. *Ciência com consciência*. Tradução Maria D. Alexandre e Maria Alice Sampaio Dória. Bertrand Brasil, 2002.
- Ortega, Cristina Dotta. Do princípio monográfico à unidade documentária: exploração dos fundamentos da Catalogação. *Liinc em Revista*, vol. 7, no. 1, p. 43-60, mar. 2011, <https://revista.ibict.br/liinc/article/view/3288/2904>. Acessado 28 abr. 2023.
- Pinheiro, Lena Vania Ribeiro. “Ciência da Informação: desdobramentos disciplinares interdisciplinaridade e transdisciplinaridade”. *Políticas de memória e informação: reflexos na organização do conhecimento*. Organizado por Gonzalez de Gomez, M. N. e Orrico, E. G. D. EDUFRN, 2006. pp. 111-141.
- Pinheiro, Lena Vania Ribeiro. Informação: esse obscuro objeto da Ciência da Informação. *Revista Morpheus - Estudos Interdisciplinares Em Memória Social*, vol. 3, no. 4, 2014, <http://seer.unirio.br/morpheus/article/view/4108>. Acessado 03 ago. 2023.
- Pinto, Renato da Costa. A tuba na música brasileira: catalogação de obras, análise e sugestões interpretativas da fantasia sul América para tuba e orquestra de Cláudio Santoro, 2013, <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/18122>. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal da Bahia. Acessado 03 ago. 2023.
- Porto, José Pedro Guimarães. *Uma proposta de catálogo de obras para contrabaixo de Edmundo Villani-Côrtes*, 2020, <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/23047>. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal da Paraíba. Acessado 03 ago. 2023.
- RISM. Editorial Center, 2023, <https://rism.info/editorial-center.html>. Acessado 01 ago. 2023.

- RISM-Zentralredaktion Frankfurt. Répertoire International des Sources Musicales (RISM): Annual Report 2015. *Acta Musicologica*, vol. 88, fasc. 1, p. 115-120, 2016, https://www.jstor.org/stable/pdf/26350024.pdf?refreqid=excelsior%3A2c58c11fa55bbeb8382eb1c62a3bcbf4&ab_segments=0%2Fbasic_phrase_search%2Fcontrol&origin=&initiator=&acceptTC=1. Acessado 08 ago. 2023.
- Rosa, Lilia de Oliveira. Música brasileira para coros infantis (1960-2003): catálogo on-line com obras a cappella, 2005, <https://hdl.handle.net/20.500.12733/1600873>. Universidade Estadual de Campinas, Dissertação de Mestrado. Acessado 27 jul. 2023.
- Santos Neto, João Arlindo dos *et al.* “Interdisciplinaridade no contexto da Ciência da Informação: correntes e questionamentos”. *Em Questão*, Porto Alegre, v. 23, n. 1, 2017, p. 9-35, doi: <https://doi.org/10.19132/1808-5245231.9-35>. Acessado 1 ago. 2023.
- Sousa, Raquel Juliana Prado Leite de. (Re)aproximações entre bibliometria e organização da informação: um relato de experiência. *Revista ACB*, v. 25, p. 734-750, 2020, <https://revista.acbsc.org.br/racb/article/view/1590>. Acessado 22 ago. 2023.
- Souza, Edivanio Duarte de. A epistemologia interdisciplinar na Ciência da Informação: dos indícios aos efeitos de sentido na consolidação do campo disciplinar, 2011, https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/ECID-8P2JNH/1/epistemologia_interdisciplinar_edivanio.pdf. Universidade Federal de Minas Gerais, Tese de Doutorado. Acessado 27 jul. 2023.
- Teixeira, Olívio Alberto. Interdisciplinaridade: problemas e desafios. *Revista Brasileira de Pós-Graduação*, no. 1, p. 57-69, jul. 2004, <https://rbpg.capes.gov.br/rbpg/article/view/22/19>. Acessado 27 jul. 2023.

Copyright: © 2023 SOUSA, Raquel Juliana Prado Leite de; TAFFARELLO, Tadeu Moraes. This is an open-access article distributed under the terms of the Creative Commons CC Attribution-ShareAlike (CC BY-SA), which permits use, distribution, and reproduction in any medium, under the identical terms, and provided the original author and source are credited.

Received: 29/08/2023

Accepted: 07/11/2023